

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: *OECD*

Data: *8/1/99* Pg *42*

Class: *P3*

WASHINGTON NOVAES

## As contas que não são feitas

Um dia destes, uma indústria de cimento num pequeno município de Goiás decidiu fechar as portas, por causa dos custos progressivos de extração da matéria-prima, em consequência de vários fatores, até mesmo a depleção do recurso. Foi um deus-nos-acuda na cidade, que vivia quase só dessa atividade (empregos diretos e indiretos, participação no ICMS, comércio relacionado, transporte, etc.). Ao longo dos 40 anos em que indústria funcionara, ninguém se preocupara em calcular a depleção de recurso e assegurar uma participação municipal nesse valor, como não se preocupara em planejar o dia em que a atividade se encerrasse.

Exemplos como esse podem ser encontrados em todo o Brasil. E contam-se nos dedos da mão municipalidades que tomaram alguma providência – como é o caso de Itabira (MG), onde há poucos anos a prefeitura entrou na Justiça para receber da Vale do Rio Doce uma parcela do valor extraído em minérios (mais de R\$ 1 bilhão, considerados 3,3% do valor gerado em 54 anos) e impostos não cobrados ao longo de décadas.

Na verdade, isso acontece porque o tema contabilidade ambiental – ou internalização dos custos ambientais, se se preferir – mal chegou ainda à pauta. Felizmente, lêem-se agora notícias como a do curso a respeito para empresários, promovido pela Unctad e BNDES no Rio, em que a procura por vagas foi cinco vezes maior que a disponibilidade. Ou a recente Conferência Nacional das Américas, em Cuiabá, na qual se deu seqüência à discussão sobre a Carta da Terra e à proposta de um código de ética a ser promulgado em 2002 pela ONU – equivalente, em termos de sustentabilidade ambiental, equidade e justiça so-



**Contabilidade ambiental mostra que prevenir custa menos que reparar estragos**

cial, à Declaração dos Direitos Humanos, que completou 50 anos.

No Brasil, por exemplo, qual seria o valor da perda de cerca de 1 bilhão de toneladas de solo fértil por ano, por causa de inadequações do modelo agropecuário? Qual seria o valor da reposição, via insumos químicos, da fertilidade perdida? Qual seria o valor do prejuízo com o assoreamento dos manan-

ciais provocado por essa erosão? E das enchentes que daí decorrem? Qual o valor da depleção dos minérios extraídos, das florestas devastadas, dos recursos hídricos prejudicados? Quanto vale o comprometimento dos serviços naturais prestados pelos ecossistemas, se se levar em conta os cálculos dos economistas que estimaram em dezenas de trilhões de dólares/ano esses serviços no mundo?

Ensaaios na direção de uma contabilidade ambiental vêm sendo feitos há algum tempo, desde que R. Repetto e outros economistas do World Resources Institute verificaram que o crescimento médio do PIB da Indonésia, entre 1971 e 1984, seria bem menor se levasse em conta os custos da erosão do solo e a depleção de recursos com a extração de petróleo e madeiras. No México, outros estudos também mostraram que o PIB se reduziria.

O Japão já mostrou em várias simulações que prevenir a poluição custa algumas vezes menos que reparar os estragos. No famoso caso da poluição das águas da Baía de Minamata por mercúrio, poderia ter custado 100 vezes menos.

No Brasil, estamos muito atrasados na matéria, vivendo de estudos de pesquisadores quase isolados. A Noruega já incorporou às suas contas nacionais o valor da depleção de vários recursos, entre eles minérios e pescado. O Chile criou uma unidade de con-

tas ambientais, preocupado com a redução de suas reservas de recursos naturais. A Grã-Bretanha mandou ao Parlamento projeto de lei sobre informações ambientais, depois que seu Departamento Nacional de Estatísticas considerou a renda nacional superestimada por não levar em conta o esgotamento de recursos, custo da poluição e outros fatores. Só a depleção na área do petróleo significaria 25% do valor agregado a cada ano.

Na Holanda, estudo de uma empresa de softwares – aparentemente inofensiva, do ponto de vista ambiental – mostrou que ela só pagava em impostos um doze avos dos custos que criava (no uso de papel e outros materiais, energia, poluição própria e dos veículos de empregados, conservação de vias, etc.). Nesse mesmo país, a suinocultura foi praticamente banida, por causa dos custos ambientais criados, maiores que os benefícios. Não por acaso, noticia-se que parte dos estabelecimentos holandeses dessa área se vai transferir para o Centro-Oeste brasileiro, onde não se computam esses custos.

Preocupados, o Banco Mundial e a ONU querem chegar a um modelo de "PIB verde" que seja aplicado no próximo século. Chegou-se a ensaiar por aqui alguma coisa nessa direção, quando José Lutzenberger passou pela então Secretaria de Meio Ambiente federal. Mas o grupo de estudos, que incluía representantes da área econômica, foi sepultado rapidamente, assim que o ambientalista gaúcho deixou o posto. O próprio Lutzenberger tem feito ensaios sobre o balanço energético, no Brasil, da alimentação de animais com ração. Na avicultura, por exemplo, a relação começa com 2,2 quilos de ração para produzir meio quilo de carne comercializável; depois, seria preciso computar outros insumos energéticos na própria produção, transporte e comercialização. Na suinocultura e na bovinocultura, a relação seria ainda mais desfavorável.

Luís Alberto Chaves Oliveira estimou em 1994 que o setor de fumo contribui com 2,5% do

PIB, mas cria custos não contados de 5,4% (com internações hospitalares, licenças no trabalho, aposentadorias precoces, uso de medicamentos, etc.).

Já há quem vá muito mais adiante. A OECD produz 33 indicadores ambientais em 23 países, duas vezes ao ano. O ministro do Meio Ambiente britânico está propondo divulgar boletins diários com 120 indicadores ambientais, incluindo dez indicadores sobre taxa de uso de recursos naturais. Quer acompanhar desde coisas já consagradas – como poluição do ar – a itens sofisticados, difíceis de avaliar, como qualidade de vida, tranquilidade, beleza, sobrevivência da vida silvestre (e sua influência na polinização de cultivos, por exemplo).

Faz lembrar a norte-americana Hazel Henderson, para quem pretender avaliar a situação de um país apenas por indicadores econômicos equivale a tentar dirigir um Boeing só com um relógio no painel de comando. Ou uma candidata às últimas eleições parlamentares na França, que centrava fogo nos economistas – por sua atenção exclusiva aos fatores econômicos – e dizia que, "se se entregar a eles a administração do deserto do Saara, em breve estarão importando areia".

Chistes e ironias à parte, a verdade é que estamos muito defasados. Nem pensamos ainda em aspectos sofisticados, como os que já se discutem nos países industrializados, de garantir formas de acesso da sociedade às informações ambientais, até mesmo de governos e empresas. Ainda em junho último, foi assinada uma convenção internacional em Aarhus, Dinamarca, que prevê exatamente como abrir essas informações e assegurar a participação da sociedade em decisões que afetarão o meio ambiente.

Se conseguirmos avançar por aí, grande parte dos problemas ambientais nem chegará a concretizar-se. E começo de ano e de governo são ótimos para bons propósitos.